



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2018**

#### **Nº.4/2018**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no Auditório do Fórum Municipal, em Castro Verde, compareceram: Ana Paula Gomes Baltazar, Presidente da Assembleia Municipal de Castro Verde e Carolina Conceição Hipotecas Cabaça João Miguel Benedito Branco, Secretários da respetiva Mesa; e Filipe Manuel Patrício Mestre, Maria Manuela Revés Florêncio, Leandro José de Almeida Gonçalves, Rui Luís Silva Matos, em substituição de Carlos Alberto Soares Ramos, Susana Paula Trindade Figueira, Diogo Gomes Pereira, Vanda Isabel Camacho Guerreiro, Ricardo Luís Torcato Matias Rodrigues, Maria Isabel Guerreiro Martins, em substituição de António José Silvestre Jerónimo, Rita Camacho Silvestre Nobre, Luís Micael Mira Salvador, Carla Maria Costa Guerreiro Gonçalves e António José da Luz Paulino, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, Luís José Gil Gonçalves, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Entradas, em substituição de Ana Maria Carolina Guerreiro, Presidente do mesmo órgão autárquico, Alexandra Isabel Bravo Nunes Batista Tomé e Ana Luísa Marques Fatana, Presidentes das Juntas de Freguesia de São Marcos da Ataboeira e de Santa Bárbara de Padrões, na qualidade de Vogais do mesmo Órgão, a fim de reunir em sessão ordinária.

Esteve igualmente presente todo o executivo municipal, nomeadamente o Sr. Presidente António José Brito e os Srs. Vereadores Francisco Duarte, David Marques, António João Colaço e Alda Maria Cabral Mestre

- **ABERTURA:**

Verificando-se a existência de quórum, a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, procedendo em seguida à leitura do edital que a tornou pública, com a seguinte ordem de trabalhos, propondo contudo a aprovação do pedido de inclusão na mesma de mais um ponto, ao abrigo do disposto no n.º.2 do artigo 50º da Lei n.º.75/2013, de 12 de Setembro, no sentido da apreciação e votação da proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara para que esta Assembleia delibere sobre a constituição do júri de recrutamento dos seguintes procedimentos concursais: 1 lugar de Chefe de Divisão de Obras e Gestão Urbanística (dirigente intermédio de 2º. Grau) e 1 de Chefe de Divisão de Cultura e Desporto (dirigente intermédio de 2º. Grau).

Colocado o assunto à votação da Assembleia, deliberou a mesma, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos o assunto em causa.

Posto isto, a ordem de trabalhos desta sessão passou na ser a seguinte:

#### **Período antes da ordem do dia**

- Aprovação da ata da sessão anterior.
- Expediente.
- Outros assuntos de interesse.
- Período reservado à intervenção do público.

#### **Ordem do dia**

- 1º - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2017.
- 2º - Apreciação e votação dos Acordos de Cooperação e Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia.
- 3º - Apreciação e votação de doação de Lote de terreno e termos de utilização ao Lar Frei Manoel das Entradas.
- 4º - Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do concelho de Castro Verde.
- 5º - Apreciação e votação da proposta do Regimento da Assembleia Municipal.
- 6º - Constituição do júri para recrutamento de um lugar de Chefe de Divisão de Obras e Gestão Urbanística e de um lugar de Chefe de Divisão de Cultura e Desporto (dirigentes intermédios de 2º. Grau)
- 7º.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.
- 8º - Outros assuntos de interesse.
- 9º - Período reservado à intervenção do público.

#### **Período antes da ordem do dia**

- **Aprovação da ata da sessão anterior:**

Atendendo a que foi previamente distribuída cópia da ata da sessão anterior, dispensou a Sr<sup>a</sup>. Presidente a sua leitura, e não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com as abstenções do Sr. João Miguel Benedito Branco, 2º. Secretário da Mesa, e dos Vogais Rui Luís Silva Matos, Maria Isabel Guerreiro Martins e Luís Gil Gonçalves, por não terem estado presentes na respectiva sessão.

- **Expediente:**

Deu a 1ª. Secretária, Srª Carolina Cabaça, conhecimento do expediente recebido, nomeadamente:

- “E-mails” da Casa Civil do Presidente da República, do Gabinete do Presidente da Assembleia da República e do Grupo Parlamentar Os Verdes, acusando a receção das moções desta Assembleia Municipal, sobre “Transferência de Competências” e “25 de Abril e 1º. de Maio”.
- “E-mail” do Grupo Parlamentar Os Verdes dando conhecimento da pergunta que dirigiu ao Ministério da Saúde sobre a situação de carência de enfermeiros no Alentejo.

- **Outros assuntos de interesse:**

Aberto este ponto da ordem de trabalhos, não se verificou qualquer intervenção.

- **Período reservado à intervenção do público:**

Dada a palavra ao público presente, interveio o cidadão Vítor Jacinto, residente nos Aivados, que começou por colocar um problema relacionado com a enorme quantidade de gatos abandonados existentes naquela localidade, apelando que a Câmara intervenha de facto na resolução daquele problema e que o ajude, tendo em conta a preocupação que tem com os mesmos animais e os custos que ele próprio tem suportado, lembrando já ter colocado este problema quer ao anterior executivo quer ao atual.

Referiu-se depois aos custos do consumo de água ao domicílio, considerando que o mesmo continua elevado face às taxas que lhes estão associadas, daí ser de opinião que o atual executivo, passados nove meses em exercício, já tinha tempo para reduzir esses custos, seguindo aquilo que defendia enquanto oposição no mandato anterior.

Criticou depois o mesmo cidadão, o número exagerado de lombas de redução de velocidade em Castro Verde que, em sua opinião, algumas delas são mesmas desnecessárias, lembrando que se há quem não respeite os limites de velocidade deve ser penalizado e não a maioria dos cidadãos.

Aconselhou ainda que as laranjeiras bravas, existentes nas vias públicas, fossem enxertadas para laranjeiras mansas.

### **Ordem do dia**

#### **1º- Apreciação e Votação da Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2017:**

Submeteu a Srª. Presidente à apreciação da Assembleia os documentos relativos à Prestação de Contas Consolidadas, referentes ao exercício do ano de 2017, aprovados pelo executivo municipal na sua reunião realizada no dia 7 de Junho corrente, tendo a mesma procedido à leitura do respetivo parecer enviado a esta Assembleia Municipal pelo Revisor Oficial de Contas, Marques, Cruz & Associados., SROC, Ld.ª.

Posto isto, interveio o Sr. Presidente da Câmara, confirmando que esta prestação de contas consolidadas do município tem a ver com a participação financeira da Autarquia na RESIALENTEJO e na ESDIME.

Dada a palavra à Assembleia, interveio o Sr. João Branco, 1º. Secretário da Mesa, que questionou o aumento da taxa de participação da Autarquia no capital da ESDIME, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que o mesmo não foi resultante de qualquer subscrição por iniciativa da Câmara Municipal, mas sim do facto de ter havido acionistas que “saíram” do capital da ESDIME e por isso houve uma redistribuição de capital pelos diferentes acionistas.

A seguir, o Sr. 1º. Secretário, a exemplo do ano anterior, voltou a solicitar que fossem facultados à Assembleia os resultados da atividade da ESDIME no ano de 2017, principalmente neste concelho, tendo em conta a respetiva participação da Autarquia.

Não havendo qualquer outra intervenção, submeteu a Srª. Presidente à votação da Assembleia a Prestação de Contas Consolidadas, relativas ao exercício de 2017, tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenção dos eleitos da CDU.

## **2º - Apreciação e Votação dos Acordos de Cooperação e Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia:**

Colocou a Srª. Presidente à apreciação da Assembleia as propostas dos Acordos de Execução e dos Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesias, aprovados na reunião do executivo municipal realizada no dia 7 do corrente mês de Junho.

Posto isto, o Sr. Presidente interveio lembrando que os acordos existentes com as Juntas de Freguesias reportam-se a Janeiro de 2015, sendo que os mesmos agora em apreciação, em termos de conteúdo, são exatamente iguais aos que existiam, tendo assim pormenorizado a informação sobre as verbas a transferir para cada Junta de Freguesia.

Referiu-se depois à alteração que se verifica resultando a mesma do atual quadro económico e financeiro da Câmara Municipal, isto é, a não existência, a partir desta data, dos investimentos nas freguesias através dos acordos de execução, informando ser opção política do atual executivo municipal, devido a esse mesmo problema financeiro.

O Sr. Presidente da Câmara afirmou que, independentemente desse instrumento que estava definido, em que as Juntas de Freguesia apresentavam propostas à Câmara Municipal e, por sua vez, esta participava nos investimentos em 80%, assegurando as juntas o restante, lembrou que no Orçamento em vigor, aprovado quer na Câmara quer na Assembleia, estão inscritas verbas destinadas a investimentos nas freguesias, nomeadamente em Santa Bárbara de Padrões, na construção de um jardim e obras da escola básica da Sete, em Entradas na construção da casa mortuária, após a disponibilidade do respetivo terreno, e em São Marcos da Ataboeira a construção do Pólo da Biblioteca Municipal, obras estas a serem executadas a 100% pela Câmara Municipal, sendo uma forma de compensar as freguesias com estes investimentos.

Lembrou o Sr. Presidente, que esta medida não tem cariz político, como já o acusaram publicamente de pretender asfixiar as freguesias de maioria CDU, o que, em sua opinião, é errado, mas pretende-se com a vontade de tornar mais saudáveis as contas da Câmara Municipal nas mais variadas áreas.

Dada a palavra à Assembleia, interveio a Srª. Vogal Maria Manuela Florêncio, afirmando o seguinte:

“Como é do vosso conhecimento, sou uma das autarcas com maior número de mandatos no nosso concelho. São quase 40 anos ao serviço da população de Castro Verde. Os dez mandatos em que fui eleita permitiram-me passar pelos diferentes órgãos autárquicos do concelho - Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Junta de Freguesia.

As freguesias são, como também todos sabem, os órgãos autárquicos que estão mais perto dos cidadãos e que melhor e mais rápido acorrem às suas necessidades mais imediatas. Para que possam responder a essas solicitações e aspirações, as juntas precisam, inevitavelmente, de ser dotadas dos recursos logísticos, financeiros e humanos necessários à sua atuação no terreno. Por esse motivo, desculpem-me a pouca modéstia, mas vou recorrer à larga experiência que adquiri enquanto presidente da Junta de Freguesia de Castro Verde, ao longo de cinco mandatos consecutivos.

Quando em 1993, fui eleita pela primeira vez para esse cargo, a função da freguesia era meramente administrativa. O funcionário, num gabinete da Câmara, com mobiliário e equipamento cedido pelo município, passava atestados de residência que eu depois ia assinar, curiosamente, do lado de fora do balcão, tal como um comum freguês.

Aos poucos, tudo se foi modificando. O município de Castro Verde foi pioneiro, a nível regional, em delegar competências nas suas cinco juntas de freguesia, acreditando na sua capacidade de decisão e de execução, dando-lhes autonomia e conferindo-lhes os meios financeiros necessários para a sua intervenção.

Em Dezembro de 2000 já a Assembleia Municipal de Castro Verde e as cinco Assembleias de Freguesia ratificavam os primeiros cinco protocolos formais de delegação de competências e digo formais porque, antes desses documentos, já a Câmara descentralizava algumas tarefas nas Juntas de Freguesia.

Neste caso, como em muitos outros, as práticas precederam as leis. Só treze anos depois, o anexo à lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, veio consignar e tornar efetivo aquilo que já se fazia há longos anos em muitos municípios do país, tal como no nosso.

Pela importância destes acordos que privilegiam o princípio da subsidiariedade, pelo facto de termos sido um dos concelhos pioneiros nesta, como em muitas outras ações a nível autárquico, não podemos de forma alguma perder este importante legado, não podemos permitir que, sob o pretexto de alegadas dificuldades financeiras, sejam subtraídas algumas competências há tanto tempo outorgadas às nossas freguesias por delegação do Município.

Dir-me-ão que, no geral e conforme a legislação atrás referida, o Município mantém os acordos de execução e os contratos Interadministrativos com as suas Juntas (documentos a serem aprovados em seguida), mas as diferenças começam, aos poucos, a aparecer – foi o corte nas transferências de capital para as freguesias rurais, digo freguesias CDU, com a apropriação de investimentos propostos por estas Juntas para o Plano Plurianual de Investimentos do Município.

Perguntou a sr<sup>a</sup> vogal ao Sr. Presidente da Câmara como é que pode tornar mais saudável as contas da Câmara Municipal se deixa de transferir 80% dos valores para as Juntas de Freguesia e assume na totalidade os 100% para essas mesmas obras.

Afirmou ainda que há uma outra questão que começa a aparecer cada vez com mais visibilidade que é interpretação subjetiva, infundada e inflexível dos acordos existentes pois, perante

qualquer solicitação das referidas Juntas, a Câmara responde de forma lacónica, negando o pretendido, referindo e anexando os acordos e contratos existentes.

Lembrou a Sr<sup>a</sup>. Vogal que tem que sempre ponderar qual o órgão, Câmara ou Junta de Freguesia, que está em melhores condições de poder responder a determinada solicitação das populações, pois no caso de uma Junta de Freguesia não ter os meios para poder satisfazê-la, deverão os protocolos prever de uma forma flexível de forma a que a Câmara Municipal possa dar uma resposta, referindo ser esse o hábito anterior.

Afirmou que esta atitude do atual executivo camarário de querer esvaziar e expropriar as Juntas de Freguesia de competências que há muitos anos lhes estavam atribuídas é, no mínimo vergonhosa e constitui não só um sério atentado ao princípio da subsidiariedade e da autonomia dos órgãos mais pequenos e mais pobres do poder local, as Juntas de Freguesia, mas também um retrocesso de mais de vinte anos.

Afirmou que compreendia a necessidade de poupar, contudo questionou o porquê de ter que ser através das Juntas de Freguesia esses cortes quando, em sua opinião, deverão ser elas a continuar a ter o mesmo tratamento que tiveram em tantos anos.

Disse que poderão ainda contra-argumentar dizendo que se trata de uma opção política, num período difícil. Mas todas as opções políticas perseguem um determinado objetivo. Qual é este? O de cortar todas as hipóteses de intervenção local das Juntas? O de as esvaziar progressivamente de responsabilidades e competências que tinham há muito para as descredibilizar perante as populações?

Questionou por isso, o motivo da Câmara tirar das Juntas de Freguesia a hipótese de concretizar determinada obra e inclui-la no Plano Plurianual de Investimentos Municipais, quando havia um compromisso junto das populações, referindo-se nomeadamente à construção da casa mortuária de Entradas, em que o respetivo terreno é propriedade da Junta de Freguesia, e daí perguntar por que é que a mesma Junta não pode ela própria responder à aspiração da sua população, daí concluir que de facto trata-se de esvaziar e descredibilizar as competências das Juntas de Freguesia.

Afirmou que só desta forma podemos entender esta decisão política da Câmara de maioria socialista para com as Juntas de maioria CDU. Através da sua asfixia, elas deixarão de poder desempenhar o papel que os fregueses delas esperam, porque a isso estavam habituados, abrindo, dessa forma, caminho para tentarem por vias menos honestas obter o que não conseguem por outra via.

Opinou que a CDU não poderá permitir, de forma alguma que tal aconteça. Numa atitude de boa-fé e de colaboração, tendo em vista o progresso do nosso concelho e o bem-estar dos castrenses, a CDU viabilizou a aprovação de um Orçamento Municipal e de um Plano que não punham em causa a relação anterior do Município com as Juntas de Freguesia (aliás foi isso mesmo que o Senhor Presidente referiu na sua primeira reunião com as Juntas). Alguns meses depois, através de uma alteração ao Orçamento e de muitas respostas evasivas às solicitações das Juntas verificamos que o que fazem não corresponde ao prometido, alterando as regras do jogo mostrando assim, em sua opinião, um pouco de má-fé.

Não podemos permitir que esta situação persista. Há ainda muita gente no nosso concelho que confia em nós. A CDU tem a maioria nesta Assembleia e os seus eleitos têm aqui um papel importante e decisivo, legitimado democraticamente pelos eleitores, tendo por base um

compromisso que em momento algum violarão. Os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos do concelho, e muito particularmente na Assembleia Municipal, dentro do quadro das disposições legais do seu funcionamento, tudo farão para dignificar o poder local e preservar a descentralização de responsabilidades em todas as juntas de freguesia que se proponham a contratualizar com o município o exercício de funções deste, nomeadamente a realização de investimentos de interesse local.

E terminou com uma palavra de incentivo aos autarcas de freguesia, aqui presentes, para que nunca deixem de lutar pela afirmação e dignificação da sua Freguesia, pois também foi para isso que foram eleitos, e, em sua opinião, estes órgãos que são as freguesias devem continuar com os poderes que sempre tiveram, pois é um legado muito importante, o Poder Local Democrático saído do 25 de Abril, daí voltar a solicitar ao Sr. Presidente para que reconsidere esta questão em função do que acabou de referir.

A seguir interveio o Sr. Vogal e Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, António José Paulino, que quanto à alegada diferença de tratamento, por parte da Câmara Municipal, em relação às Juntas de Freguesias da CDU e a que é gerida pelo PS, afirmou que tal não corresponde minimamente à verdade mas sim, em sua opinião, de uma “intoxicação política que está ser feita”.

Recordou depois o mesmo Vogal como eram transferidas as verbas para investimento no anterior mandato, em que, desde o ano de 2015 todas as Juntas de Freguesia tinham estipulado 75.000 € para investimento, contudo, o problema das mesmas Juntas é, em sua opinião, a execução desse mesmo investimento pois não havendo essa capacidade por parte das mesmas nada adianta ter dinheiro em orçamento.

Referindo-se ainda ao alegado favorecimento por parte do atual executivo em relação à Junta de Freguesia de Castro Verde e Casével, reafirmou que tal não é verdade, e deu como exemplo o que aconteceu durante os dois últimos anos em que, a pretexto da falta de execução das Juntas de Freguesia, e em que a Junta de Freguesia de Castro Verde era gerida pela CDU, eram feitas alterações orçamentais de forma a que esta mesma Junta fizesse os “investimentos que entendesse”, e deu como exemplo o investimento feito nos anos anteriores, no valor de 270.000,00 e 111.000,00 €, com a complacência do executivo anterior, favorecendo assim esta Junta de Freguesia, pelo facto das restantes freguesias não terem capacidade de fazer investimento.

Referiu-se depois o mesmo Vogal ao que o atual executivo entendeu em relação as Juntas de Freguesia, incluindo a de Castro Verde, em que as mesmas receberam verbas em 2018, mas em função dos investimentos do ano anterior, com a anuência do executivo anterior e com o consentimento das restantes Juntas de Freguesia, embora as mesmas tivessem projetos em vista, e deu como exemplo a construção da casa mortuária de Entradas, o Pólo da Biblioteca em São Marcos da Ataboeira, projetos estes que remontam já há algum tempo, e que por isso, as referidas juntas poderiam ter-se insurgido e exigido uma redistribuição das verbas disponíveis.

Reafirmou o mesmo Vogal que a União de Freguesias de Castro Verde e Casével não foi de forma alguma beneficiada mas sim, em sua opinião, prejudicada, tendo em conta que no Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal não está contemplado qualquer investimento direcionado para a mesma União, afirmando que, por isso, vai na sua qualidade de Presidente da mesma Junta de Freguesia, exigir a inclusão de algum investimento no PPI Municipal.

Manifestou depois que é do seu entendimento que as Juntas de Freguesia devem ter capacidade financeira para investimento e desejou que esta seja uma situação transitória e que no próximo orçamento exista verba disponível que permita a estes órgãos autárquicos fazerem, só por si e com projetos próprios, investimentos, sem terem que estar à espera que seja a Câmara a decidir sobre esses mesmos investimentos.

Considerou o mesmo vogal o termo asfixia uma palavra forte, pois o facto da Câmara decidir executar obras a 100% do seu custo, poderá entender-se que está a tirar autonomia e espírito de iniciativa às Juntas de Freguesia, daí questionar se esse valor fosse de 80%, se não poderia haver também um entendimento parecido.

Concluiu afirmando que concordava com algumas das palavras da Sr<sup>a</sup>. Vogal Manuela Florêncio no sentido das freguesias se assumirem como verdadeiro reforço do Poder Local, por estarem mais próximas das populações.

Interveio a seguir a Sr<sup>a</sup>. Vogal Manuela Florêncio referindo que a Junta de Freguesia de Castro Verde, no último mandato em que exerceu as funções de Presidente da mesma, recebia da parte da Câmara Municipal apenas 50% do valor do investimento, enquanto as restantes freguesias do concelho, por terem mais dificuldades financeiras, recebiam mais em determinados investimentos chegando mesmo a ascender a 80%.

Recordou a mesma Vogal que foi com base nisso que se fizeram todos os investimentos nas freguesias, e deu como exemplo a recuperação de todas as ex-escolas primárias em centros de convívio, a construção de apartados postais e de abrigos de passageiros em todos os lugares do concelho, havendo por isso pequenas obras por fazer mas, em sua opinião, o que há por fazer deviam servas Freguesias a fazê-lo.

Interveio a seguir o Sr. Vogal Leandro Gonçalves que começou por afirmar que gostou do proferido pela Sr<sup>a</sup>. Vogal Manuela Florêncio, no início da sua intervenção, quando fez o enquadramento histórico/político sobre o Poder Local e do mesmo estar mais perto das populações, contudo, depois desse mesmo enquadramento é de opinião que, uma vez mais, há falta de coerência da parte da mesma Vogal e da CDU por considerar um pouco retórico quando refere que se apresentaram com determinados projetos na altura do sufrágio eleitoral e que no momento não vão ter os meios financeiros para os concretizar, quando se pode constatar que alguns desses mesmos projetos, que a própria deu como exemplo, "há mais de uma década que a CDU os apresentou à população, e pelos vistos com os meios financeiros para o efeito mas que não os chegou a executar."

A seguir, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por lembrar que os valores das verbas que as Juntas de Freguesia vão receber no corrente ano são exatamente iguais às que receberam no ano de 2017, e isso implica que as mesmas tenham que assumir um conjunto de responsabilidades e terão que trabalhar no seu dia-a-dia no âmbito da sua intervenção.

Adiantou que neste contexto e relativamente ao que foi dito relativamente à alegada falta de resposta por parte da Autarquia a determinadas solicitações das Juntas de Freguesia, nomeadamente de Entradas, informou que a Câmara deu a resposta que foi possível dar, mas lembrou que não pode, a todo o momento, dar resposta a todos os pequenos pormenores e simples que lhe for solicitado, quando as Juntas de Freguesias têm meios financeiros e competências próprias para o fazerem.



Afirmou o Sr. Presidente que ao contrário do que foi dito, o executivo não agiu de má-fé, considerando por isso essa expressão muito infeliz, mas o facto é que não tinha uma noção plena do quadro económico da Câmara Municipal, nomeadamente quando foi elaborado o Orçamento do ano em curso, ao invés do que pensava no início do mandato.

Referindo-se às verbas transferidas pela Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, lembrou o Sr. Presidente que as mesmas recebem igualmente verbas por parte do Orçamento de Estado, reconhecendo contudo que estas podiam ser maiores, o que permitiria que as Juntas de Freguesia agissem com mais autonomia, realizassem mais obras e dessem assim mais respostas ao dia a dia da população, no âmbito das suas competências, valores esses que, em sua opinião, não se podem ignorar e têm o significado que têm, mas que a CDU procurou ocultar no comunicado que emitiu.

Adiantou que neste contexto, quando a Sr<sup>a</sup>. Vogal Manuela Florêncio fala em “retrocesso de vinte anos”, e afirmando que quase o levava a concordar, lembrou todavia que há vinte anos a Câmara Municipal recebia anualmente dois a quatro e mesmo cinco milhões de euros provenientes da derrama, e no mandato anterior ainda recebeu algumas verbas significativas, enquanto que no momento tem que devolver um milhão e quatrocentos mil euros, problema este que, pese embora seja de menos importância para algumas pessoas, o atual executivo tem que enfrentar, esperando, no entanto, que surja uma receita significativa proveniente da derrama.

Informou ainda o Sr. Presidente da Câmara, em termos de comparação, do conhecimento que tem quanto às verbas que os municípios vizinhos transferem para as Juntas de Freguesia, verbas essas menores das que são praticadas neste concelho, e afirmou que, neste concelho, não há subtração de competências nas Juntas de Freguesia, e que as mesmas devem executar as que têm, e que para isso são participadas por parte da Câmara Municipal.

Afirmou que todos devem ter consciência que o quadro financeiro da Câmara Municipal é de “penúria” como é reconhecido publicamente e por isso lembrou que deve-se saber “fazer contas e tomar medidas a tempo de evitar situações mais graves”, referindo se “alguns não as tomaram, o atual executivo tem a coragem política de as tomar, dentro do equilíbrio que é necessário ter.”

Frisou que, enquanto Presidente da Câmara, não se sentia de forma alguma confortável e não lhe agrada rigorosamente nada tomar estas decisões, mas há medidas dolorosas que têm que ser tomadas.

Em seguida, interveio a Sr<sup>a</sup>. Vogal Manuela Florêncio, que quanto à comparação feita pelo Sr. Presidente em relação aos concelhos vizinhos, afirmou que conhecia a realidade do concelho de Mértola, muito diferente, para menos, do que é praticado neste concelho, em que há bastantes anos todas as localidades têm água e saneamento, portanto sempre muito à frente.

Questionou a mesma Vogal o Sr. Presidente da Câmara como é que a medida tomada sobre os investimentos nas freguesias consegue resolver os problemas financeiros da Autarquia quando ao invés de suportar 80% desses investimentos vai suportá-los na totalidade, o que, em sua opinião, agrava sim essa mesma situação financeira.

O Sr. Presidente respondendo à Sr<sup>a</sup>. Vogal perguntou se a bancada da CDU excluiriam do orçamento municipal as intervenções propostas pelo atual executivo, para Entradas, São Marcos e Santa Bárbara, tendo em conta que não é a primeira vez que se refere nesses termos.

A Sr<sup>a</sup>. Vogal Manuela Florêncio reafirmou que pretendia dizer que esta medida em vez de diminuir as despesas do Município, agrava-as, uma vez que as Juntas de Freguesia não participam em nada nesses investimentos.

Não havendo mais intervenções foram os Acordos de Cooperação e os Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia, submetidos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

### **3º - Apreciação e votação de doação de lote de terreno e termos de utilização ao Lar Frei Manoel das Entradas:**

Na sequência da deliberação tomada por esta Câmara Municipal, na sua reunião realizada no dia 1 de Fevereiro do ano corrente, submeteu a Sr<sup>a</sup>. Presidente à apreciação da Assembleia Municipal a proposta de doação de um lote de terreno ao Lar Frei Manoel das Entradas, tendo em vista a construção, no mesmo, de uma arrecadação e um espaço para dar resposta a uma lacuna existente no mesmo Lar e que consiste na existência de um local onde colocar os corpos dos utentes, quando há um falecimento e se aguardam os procedimentos legais, conforme documentos que se anexa e da seguinte informação prestada pelo Sr. Chefe da Divisão de Administração e Finanças que a seguir se transcreve:

“Na sequência do despacho de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>. datado de 25 de janeiro de 2018, passamos a expor:

1º. - Solicita a Direção do Lar Frei Manoel das Entradas, cf. documento em anexo, a doação de um lote de terreno junto à ERPI (Estrutura Residencial para Idosos), para construção de uma arrecadação e de outro espaço para resposta ao depósito de cadáveres quando do falecimento dos seus utentes.

2º. - A Lei não prevê a doação de imóveis, prevendo sim a aquisição, alienação ou a oneração de imóveis, cf. o disposto no art.º 32º/1-g), do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro;

3º. - A entidade em causa, naturalmente que será considerada como daquelas que prosseguem fins de interesse do Município, dada a sua dimensão social e até económica para o concelho de Castro Verde;

4º. - Mas o legislador vem a admitir por parte da Câmara Municipal formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, sem dizer quais, bem como a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, cf. art.º 32º/1-o) e p) do mencionado diploma;

5º.- Admite ainda a lei o apoio a atividades de natureza social ou outra de interesse para o município, cf. art.º 32º/1-u) do referido regime;

Assim, face ao exposto, se considerarmos a doação do terreno como um apoio em espécie, a uma entidade de solidariedade social, cf. o disposto nos artigos atrás mencionados, parece possível a doação do prédio ao Lar Frei Manoel das Entradas”.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o mesmo informou que esta doação é um compromisso do anterior executivo, mas que não tinha sido formalizada, tratando-se de um lote de terreno situado imediatamente a seguir às instalações do Lar de Entradas, para os fins já anunciados.

Não havendo qualquer intervenção, foi o pedido de autorização de doação do lote de terreno em causa ao Lar Frei Manoel das Entradas submetido a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

#### **4º - Apreciação e votação de proposta de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do concelho de Castro Verde:**

Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na sua reunião realizada no dia 21 de Junho corrente, submeteu a Sr<sup>a</sup>. Presidente à apreciação da Assembleia a seguinte proposta:

“Considerando que o atual Regulamento Municipal de Toponímia se reporta a maio de 1988, tendo por isso decorrido um hiato temporal de quase três décadas, com impacto objetivo na sua desadequação com os tempos atuais a vários níveis.

Considerando que, a competência se encontra na esfera do Município, procurou-se compatibilizar um Regulamento com as normas em uso e disciplinar e, ou, clarificar procedimentos adotados no estabelecimento e elaboração da toponímia, bem como, na Numeração de Polícia.

Decorridos os períodos de publicitação de início do procedimento e audiência dos interessados, de 19 de Março a 21 de Maio, cf. o disposto no artigo 98º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha chegado aos serviços qualquer correção ou sugestão ao presente projeto de Regulamento, deve o mesmo ser levado a aprovação da Câmara.”

Dada a palavra ao Sr. Presidente, confirmou o mesmo que, este tal como outros regulamentos municipais carecem de atualização, e que este foi procedido de consulta pública, conforme o previsto do Código do Procedimento Administrativo, não tendo chegado aos serviços qualquer correção ou sugestão à presente proposta de regulamento.

Colocado o assunto à consideração da Assembleia, interveio o Sr. João Branco, 2º. Secretário da Mesa, afirmando que não via alterações significativas em relação à presente proposta de regulamento e o que está em vigor, à exceção dos valores das coimas serem em escudos.

O Sr. Presidente da Câmara confirmou que de facto não havia alterações significativas e as mesmas são no sentido de definir concretamente a competência nesta área, isto é a Câmara Municipal e não as Juntas de Freguesia, embora estas sejam consultadas para o efeito.

Não havendo mais intervenções, submeteu a Sr<sup>a</sup>. Presidente à votação a proposta de Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia, tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenção dos Vogais da CDU:

Posto isto, concedeu a Sr<sup>a</sup>. Presidente intervalo nos trabalhos.

#### **5º- Apreciação e votação da proposta do Regimento da Assembleia Municipal:**

Retomados os trabalhos, submeteu a Sr<sup>a</sup>. Presidente à apreciação da Assembleia a proposta do Regimento de Assembleia Municipal, informando que a mesma surge da revisão do Regimento em vigor desde o mandato anterior, tendo-se verificado que o mesmo está em conformidade com as normas legais aplicáveis, nomeadamente em termos de competências de funcionamento

deste órgão, sendo que as alterações verificadas foram no artigo 31º em que o seu nº.3 passa a ter a seguinte redação: “A substituição dos membros eleitos diretamente pelo colégio eleitoral, processa-se nos termos do disposto no artigo 35º deste Regimento.”; e no mesmo artigo é incluído o nº.4 com o seguinte redação: “A substituição dos Presidentes de Juntas de Freguesia, nos casos de ausência por justo impedimento, é assegurada por representação, comparecendo nas sessões o substituto legal por eles designado”, isto, por estar omissa no presente Regimento esta situação.

Explicadas as alterações propostas, deu a Srª. Presidente a palavra à Assembleia, e interveio o Sr. Vogal Leandro Gonçalves que chamou a atenção para a correção da redação dos nºs. 5 e 6 do artigo 3º uma vez que os mesmos se referem às alíneas do nº.1, quando devem referir-se ao nº.3 do mesmo artigo.

Confirmadas as correções acima referidas, submeteu a Srª. Presidente à votação a proposta do Regimento da Assembleia Municipal, a vigorar no presente mandato, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, ficando anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

#### **6º. – Constituição do júri para recrutamento de um lugar de Chefe de Divisão de Obras e Gestão Urbanística e de um lugar de Chefe de Divisão de Cultura e Desporto (dirigentes intermédios de 2º. Grau)**

Submeteu a Srª. Presidente à apreciação da Assembleia a seguinte proposta formulada pelo Sr. Presidente da Câmara:

“Considerando a recente alteração à estrutura orgânica dos Serviços Municipais e consequente nomeação em regime de substituição, para o cargo de Chefe de Divisão de Cultura e Desporto e para o cargo de Chefe de Divisão de Obras e Gestão Urbanística, e dando cumprimento ao definido no art.º 27º da Lei nº.2/2004, de 15 de janeiro, conjugado com o nº.1 do art.º 13º da Lei nº. 49/2012, de 29 de agosto, proponho que a Assembleia Municipal delibere a constituição do júri de recrutamento dos seguintes procedimentos:

##### **1.- Chefe de Divisão de Obras e Gestão Urbanística (dirigente intermédio de 2º. Grau):**

- Presidente – Alberto José Venâncio Horta, Chefe de Divisão de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Castro Verde;
- Vogais efetivos: António Manuel Pito Simões, Chefe de Divisão de Ambiente e Espaços Públicos da Câmara Municipal de Castro Verde e Rui Pedro Figueiredo Martins Figueira, Chefe de Divisão Técnica da Câmara Municipal de Aljustrel.
- Vogais suplentes – Paula Alexandra Caixeirinho Banza, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Aljustrel e António Manuel Domingos Parente Figueira, Chefe de Divisão de Administração de Finanças da Câmara Municipal de Mértola.

##### **2.- Chefe de Divisão de Cultura e Desporto (dirigente intermédio de 2º. Grau):**

- Presidente – Alberto José Venâncio Horta, Chefe de Divisão de Administração e Finanças Da Câmara Municipal de Castro Verde;
- Vogais efetivos: Manuel José Dias Marques, Chefe de Divisão de Cultura e Desporto e Turismo da Câmara Municipal de Mértola e António Manuel Pito Simões, Chefe de Divisão de Ambiente e Espaços Públicos da Câmara Municipal de Castro Verde.
- Vogais suplentes – Paula Alexandra Caixeirinho Banza, Chefe de Divisão Administrativa e

de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Aljustrel e António Manuel Domingos Parente Figueira, Chefe de Divisão de Administração de Finanças da Câmara Municipal de Mértola.”

Justificou o Sr. Presidente a sua decisão pelas seguintes razões:

- Não haver tempo para convocar uma reunião extraordinária da Câmara Municipal antes da próxima reunião ordinária que irá realizar-se no dia 5 de julho.
- Atendendo à urgência do tratamento do assunto, esperar por uma reunião ordinária e promover a realização de uma reunião extraordinária da Assembleia também parecer de todo que seria dispensável.”

Posto isto, interveio o Sr. Presidente da Câmara informando que os referidos Chefes de Divisão foram nomeados em regime de substituição e o que se pretende é avançar com os respetivos concursos, recorrendo à nomeação dos respetivos júris, solicitando para tal a colaboração dos Municípios de Aljustrel e Mértola, e atendendo a que este assunto tem que ser decidido pela Assembleia optou, após consulta com todo o executivo e com a Sr<sup>a</sup> Presidente da Assembleia, por tomar a decisão de submetê-lo nesta sessão e não esperar pela que irá realizar-se no mês de Setembro, evitando assim uma maior demora em todo este processo que normalmente é sempre moroso.

Apreciado o assunto, foi a proposta de Constituição do júri para recrutamento de um lugar de Chefe de Divisão de Obras e Gestão Urbanística e de um lugar de Chefe de Divisão de Cultura e Desporto (dirigentes intermédios de 2º. Grau) submetida a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção dos Srs. Vogais da CDU.

#### **7º.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.**

Tomou a Assembleia conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à atividade municipal no período de 24 de Abril a 25 de Junho corrente.

Interveio a Sr<sup>a</sup>. Vogal Maria Manuela Florêncio manifestando a sua estranheza quanto à forma como determinada ata de reunião da Câmara Municipal está redigida, por constatar que na mesma e no meio do texto surgem palavras em maiúsculas, sublinhadas ou negrito e por isso é de opinião que uma ata deve ser um documento isento e sempre com o mesmo tipo de letra.

Quanto à informação escrita referente à atividade municipal, opinou a mesma Vogal que esta é demasiado repetitiva e deu como exemplo o termo gestão, conservação e manutenção de diversos itens de atividade corrente.

#### **8º. -Outros assuntos de interesse:**

Aberto este ponto da ordem de trabalhos e dada a palavra à Assembleia, interveio, por ordem de inscrição, a Sr<sup>a</sup>. Vogal Ana Luísa Fatana que, referindo-se aos cortes de investimentos nas freguesias, por razões financeiras, opinou que esses cortes também se repercutem na área cultural, e deu como exemplo a recente “Quinzena Cultural” em que na freguesia de Santa Bárbara a programação resumiu-se a uma pequena peça de teatro, deixando de realizar-se outras atividades habituais, nomeadamente nas terras mais pequenas, e que, em sua opinião, não se trata de uma questão financeira, uma vez que em Castro Verde não se viu essa restrição

na atividade nesse mesmo período, afirmando que poderiam algumas dessas atividades ser descentralizadas para as freguesias.

Referiu-se depois a mesma Vogal aos ATL's, afirmando que o transporte das crianças não é o mais adequado, uma vez que deixou de haver uma recolha pelos diferentes lugares da freguesia, o que obriga os pais a ter que deixá-las em Santa Bárbara para o posterior transporte para Castro Verde, constatando-se os inconvenientes que daí advêm.

Interveio a seguir o Sr. Vogal Filipe Mestre questionando qual o ponto da situação das obras na estrada Castro Verde - Santa Bárbara – limite do concelho.

Usou da palavra em seguida a Sr<sup>a</sup>. Vogal Susana Figueira que questionou o que em concreto está a ser feito em termos dos ATL.

Interveio depois o Sr. Vogal Ricardo Matias Rodrigues perguntando qual o trabalho que está a ser feito no âmbito da limpeza das ruas, uma vez que o problema persiste.

A seguir, a Sr. Vogal Carla Gonçalves afirmou que tinha a intenção de fazer a mesma pergunta, contudo, manifestou a sua opinião quanto à falta de algum civismo que se constata no dia-a-dia por parte da população. Frisou ainda não ver da parte do executivo grande intervenção ao nível da limpeza e manutenção dos espaços públicos, daí questionar se havia alguma ideia para melhorar a situação.

Afirmando que era apenas para “deixar no ar” e não se dirigir a ninguém em especial, a Sr<sup>a</sup>. Vogal Carla Gonçalves, referindo-se ao que vem sendo proferido pelo Sr. Presidente quanto ao péssimo aspeto financeiro da Autarquia, questionou “Se a Câmara está assim tão mal e se o aspeto financeiro é tão péssimo, porque é que a CDU iria candidatar-se a um cargo sem saber depois o que fazer à vida?”.

Quanto às verbas recebidas provenientes da derrama, questionou se a CDU, a comandar os destinos deste concelho durante tantos anos, não fez nada por este concelho. Isto é “não há um Cineteatro, não há arruamentos feitos, não há as piscinas municipais, não há lares, não há ajudas às IPSS, etc., portanto será que rigorosamente nada foi feito e não se gastou dinheiro nenhum da derrama?”.

Usou da palavra a seguir o Sr. Vogal Diogo Pereira solicitando informação sobre os custos efetivos da realização das Festas de Castro, tendo em conta que, apesar de publicamente essa informação ter sido dada pela Câmara, ainda há setores que desconhecem esses custos, daí achar que seria importante informar esta Assembleia sobre os mesmos.

Interveio, em seguida, o Sr. Vogal António José Paulino afirmando que o Feriado Municipal devia ser comemorado com mais dignidade, com mais envolvimento e pujança, e não se limitar apenas a um dia “descanso”, como tem acontecido, apesar de neste ano estar agendada uma iniciativa, mas que, em sua opinião, a mesma é insuficiente.

Lançou o mesmo Vogal o repto no sentido de, apesar das restrições financeiras, a Câmara não “deixar de lado” o lugar histórico de São Pedro das Cabeças, mas tratá-lo com mais dignidade, assim como valorizar aquele espaço.

Usou da palavra, em seguida, a Sr<sup>a</sup>. Vogal Manuela Florêncio perguntando se está equacionado a realização de sessões desta Assembleia noutra local, tendo em conta que a decisão da sua realização neste espaço pretende-se com a falta de acessibilidades do Edifício da Câmara Municipal e se está previsto criar condições no mesmo edifício por forma a permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Questionou a mesma Vogal se está perspetivada a realização de sessões deste Órgão nas sedes das diferentes freguesias do concelho, a exemplo dos mandatos anteriores, dada a importância dessa descentralização.

A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia sobre esta última questão informou que é uma matéria que a Mesa já equacionou pelo que vai estudar melhor o assunto.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que respondendo às questões colocadas informou o seguinte:

- Relativamente à diminuição substancial de iniciativas nas freguesias no âmbito da Quinzena Cultural, afirmou que tal diminuição não foi assim tão substancial mas houve sim uma ligeira diminuição, e por isso desafiou a Sr<sup>a</sup>. Vogal Ana Luísa para consultar a programação dos anos anteriores para perceber o que ocorria nas freguesias, lembrando que os conteúdos da Quinzena também estiveram condicionados por motivos orçamentais.

- Quanto às Atividades de Tempos Livres, confirmou que há mudanças significativas nessa área e uma delas que, em sua opinião, é substancial e que se prende com a possibilidade dos pais terem a oportunidade de os filhos frequentarem os ATL de acordo com as suas necessidades, sem interrupções e com horário completo, e não lhes ser imposto apenas num determinado período, lembrando que foi esta a opção que o Partido Socialista sempre defendeu, mas rejeitada pela anterior Câmara Municipal.

Informou o Sr. Presidente que os ATL vão decorrer, sem interrupções, desde o início até ao fim das férias escolares, estando inscritas 247 crianças, sendo que há um período em que estão a frequentar 125 crianças em simultâneo, e que do ponto de vista orçamental, prevê-se uma despesa no montante de 13,950 €, valor este resultado do esforço para envolver os serviços municipais, nomeadamente os Serviços Socioculturais, portanto apenas pouco mais de 2.000 € em relação aos custos do ano anterior, que se cifraram em 11.500 €, e afirmou que se trata de um modelo que pretende melhorar e não voltar ao anterior.

- Acerca das obras da estrada para Santa Bárbara, informou que as mesmas estão dependentes do financiamento e das negociações/expropriações dos terrenos que se tornam necessários, estando este processo em curso, conforme decisão do atual executivo, e já agendada uma reunião com os respetivos proprietários, afirmando que apesar do problema financeiro para o financiamento da obra, o atual executivo está fortemente empenhado em resolvê-lo.

- Sobre o problema da higiene urbana, confirmou que a Câmara Municipal dentro das suas capacidades tem procurado resolver esse problema, tendo quanto possível, assumindo contudo que ainda não está nas condições que gostaria que estivesse, nomeadamente também pela falta de algum civismo dos cidadãos, mas afirmando que tal não é desculpa para tudo.

Adiantou que a Câmara está a trabalhar num processo de criação de um piquete específico para atuar nesta área, denominado "Piquete Verde", e no enquadramento deste mesmo processo já foi adjudicada a aquisição de uma varredoura com uma grande capacidade, que irá dar uma resposta eficaz para resolver este problema, investimento este bastante significativo, assim

como encetar um serviço mais ativo de lavagem de contentores de recolha de lixos, não deixando contudo de referir que é essencial haver uma sensibilidade por parte das pessoas para a forma como os utilizam e não procederem à deposição dos lixos de qualquer forma, nomeadamente fora dos mesmos, o que depois aparece retratado no “facebook”.

- Relativamente à questão financeira, lembrou que a mesma já foi aqui inúmeras vezes abordada e trata-se de facto de um problema grave e de um quadro de “penúria”.

- Quanto aos custos das Festas de Castro, começou por informar que este ano as mesmas festas foram trabalhadas de forma diferente, nomeadamente na parte financeira, cifrando-se em cerca de 18.000 € os custos de produção e cachet, que foram os custos assumidos pela Câmara Municipal, e que no total, resultante da parceria com a União de Freguesia de Castro Verde, ascendeu a 76.000 €, enquanto que no ano anterior essa mesma verba foi de cerca de 94.000 €, portanto menos 18.000 €.

Lembrou o Sr. Presidente que para além desta redução de 18.000 €, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos, em que eram os trabalhadores municipais que montavam a estrutura das festas, o que implicava um aumento de despesas muito significativo, nomeadamente em termos de pagamento de salários.

Adiantou que também houve um trabalho estratégico no sentido de arranjar parceiros que financiassem eventos e nesse sentido, contactou duas empresas cervejeiras, tendo uma delas oferecido as melhores condições, assim como a instalação de tendas próprias, e a Caixa de Crédito Agrícola local que também se disponibilizou como parceiro, para além de procurar outras receitas através do pagamento da ocupação do espaço por parte dos exploradores dos divertimentos e dos outros confins lucrativos, ao invés do que acontecia anteriormente, o que no total prevê-se arrecadar uma receita que ascende a 10.000 €, referindo que no próximo ano pretende procurar mais parceiros e que as Festas de Castro não percam qualidade, que sejam uma referência e que continuem a ser um espaço de encontro dos castrenses ausentes da terra.

- Sobre a questão do Feriado Municipal, informou que havia feito numa pesquisa e que concluiu que de facto, nos últimos 6/7 anos não houve qualquer atividade comemorativa no próprio dia do feriado, todavia, este ano, pese embora não ser ainda o que o atual executivo pretende, procurou dar-lhe outra dignidade pelo que, no período de manhã, irá proceder-se à entrega das medalhas de bons serviços prestados aos trabalhadores da Autarquia, com um momento musical, no Jardim do Padrão, frisando que no futuro o mesmo será comemorado condignamente, independentemente do dia da semana em que o mesmo ocorra, portanto antes ou depois das “Festas da Vila” que naturalmente têm que ocorrer sempre num fim-de-semana.

- Quanto à realização de sessões da Assembleia nas freguesias, informou que a Câmara Municipal está inteiramente disponível e acha extremamente importante essa mesma descentralização, conforme já se realizou anteriormente.

Referiu-se depois que a realização das sessões neste espaço se deve ao facto do mesmo ser um espaço municipal e reunir melhores condições de acesso e de capacidade do que a Sala do Edifício dos Paços do Município que tem as características por todos conhecidas.

Interveio depois a Sr<sup>a</sup>. Vogal Carla Gonçalves questionando se antes do dia 1 de Outubro de 2017 se haveria um propósito quando se viam “monos” junto aos contentores do lixo, em Castro Verde, para a fotografia no “facebook”, tendo o Sr. Presidente da Câmara afirmado que acredita que nem antes e nem depois e tal situação é o que é.



Usou da palavra a Sr<sup>a</sup>. Vogal Manuela Florêncio que quanto à questão das acessibilidades, informou que havia constatado que o elevador de acesso à sala do cineteatro municipal está avariado há alguns meses, com os inconvenientes daí resultantes para o acesso de pessoas com dificuldades físicas, e perguntou se o problema está em vias de resolução.

O Sr. Presidente da Câmara informou que o problema está identificado e que vai ser resolvido, tendo o Sr. Vereador David Marques confirmado que o mesmo equipamento está avariado desde o mês de Janeiro e que o problema levou cerca de quatro meses para ser identificada a respectiva solução, estando dependente da empresa que faz a respetiva manutenção e que os serviços já mostraram o seu desagrado pela falta de resposta.

#### **9º. - Período reservado à intervenção do público.**

Dada a palavra ao público, interveio, por ordem de inscrição, o Sr. Adelino Coelho que quanto à discussão dos investimentos nas freguesias e os cortes que foram efetuados, nomeadamente em Entradas, São Marcos e Santa Bárbara, questionou se a Freguesia de Castro Verde também foi abrangida com esses cortes.

Questionou depois o mesmo cidadão o tipo de participação da Câmara Municipal como acionista maioritária na ESDIME e os custos daí inerentes e respetivos benefícios.

Congratulou-se com a redução de custos nas festas de vila, contudo lembrou que o “Festival do Borrego” teve um custo que ascendeu os 40.000 €.

Referiu-se depois à limpeza das ruas opinando que certamente as pessoas não têm agora menos civismo, mas o que vê é uma falta de limpeza das ervas nos passeios, portanto não se trata da falta de civismo por parte dos cidadãos, daí sugerir uma intervenção efetiva por parte dos serviços de limpeza.

Respondendo ao exposto, o Sr. Presidente da Câmara, quanto à União de Freguesias de Castro Verde e Casével, lembrou que esta, na gestão da CDU, iniciou muito antes do final do mandato anterior, uma obra na Rua de Mértola, em Castro Verde, obra esta que integrou o acordo com a Câmara Municipal, com uma participação de 80% e que obrigou a manter essa responsabilidade e cumprir esse mesmo acordo sob pena de a obra ser interrompida, afirmando não haver qualquer discriminação política em relação às restantes freguesias, mas sim que há que fazer uma gestão diferente face à situação financeira do Município, assumindo frontalmente e politicamente essas mesmas decisões.

Sobre a questão da ESDIME lembrou que o aumento da participação das Autarquias decorreu da saída de outros cooperantes da mesma cooperativa, não tendo, por isso, havido rigorosamente nenhum investimento, daí não perceber agora o porquê de tanta preocupação quando não foi o atual executivo que tomou qualquer decisão sobre esta matéria.

Relativamente à poupança nos festejos afirmou que no conjunto nas iniciativas da Quinzena Cultural e nas Festas de Castro, o resultado dessa poupança dá para pagar a realização do próximo “Festival do Borrego”, lembrando que esta iniciativa é uma opção política em termos territoriais e que a larga maioria das pessoas gostou desta mesma iniciativa.

Quanto à higiene urbana manifestou o Sr. Presidente a sua concordância com o proferido pelo cidadão Adelino Coelho, mas lembrou contudo que a aquisição da nova varredora decorreu de um processo burocrático obrigatório, que tem os seus prazos, e que apesar de já ter sido feito

alguma coisa nessa área, a mesma tem sido insuficiente, todavia esta aquisição irá colmatar essa deficiência.

Interveio a seguir a Sr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Fialho Silva que, referindo-se ao atraso do início das obras na “estrada de Santa Bárbara”, afirmou que não via o porquê desse mesmo atraso com base no pagamento antecipado da indemnização aos proprietários dos terrenos que se tornam necessários, uma vez que a sua execução tem de ser de acordo com o projeto que define concretamente o respetivo traçado, e lembrou que esse atraso pode ter implicações no prazo de utilização do empréstimo já contratado para financiamento destes trabalhos.

Quanto à situação financeira da Autarquia e da redução nas despesas, e referindo-se à resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara quanto à preocupação de reduzir todos os dias essa mesma despesa, afirmou que, pese embora o afirmado quanto à situação financeira, pessoalmente não tinha visto nenhuma redução, e deu como exemplo as decisões políticas do atual executivo ao manter a mesma linha daquilo que estava previsto e que as únicas alterações que verifica foi nas festas, que certamente a CDU também tinha que o fazer em função das receitas portanto, em sua opinião, não era nada de transcendente a referida redução.

O Sr. Presidente da Câmara, respondendo ao colocado, e quanto aos trabalhos na “estrada de Santa Bárbara” afirmou que não podia correr o risco de os iniciar e a seguir ter que os interromper, e questionou como é que o anterior executivo ia “pagar a estrada” uma vez que depois de se contratar há que, naturalmente, ter que cumprir esse mesmo contrato. Afirmou que não ia avançar com esta obra antes de proceder ao pagamento das indemnizações aos proprietários dos terrenos envolventes pois, em sua opinião, os mesmos não ficariam nada satisfeitos se a Câmara o fizesse dessa forma.

Usou da palavra em seguida a Sr<sup>a</sup>. Maria Manuela de Deus questionando se todos os trabalhos na referida estrada de Santa Bárbara estão condicionados à expropriação de terrenos para o efeito, afirmando contudo que no âmbito da sua profissão tinha conhecimento da execução de trabalhos enquanto decorriam os processos de expropriação de terrenos.

Referiu-se depois a mesma cidadã aos acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia e aos cortes financeiros efetuados, afirmando que não tinha ficado esclarecida com a explicação prestada pelo Sr. Presidente e, tendo em conta que o mesmo usou os termos de anulação e redução, questionou o que aconteceu se foi anulação ou redução nas transferências de capital para as Juntas de Freguesia.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Adelino Coelho, acerca de um tratamento diferente da União de Freguesias de Castro Verde e Casével em relação às outras Freguesias, a referida cidadã referindo-se ao comunicado da CDU, chamou a atenção que o mesmo refere que a Câmara Municipal corta nas transferências de capital para as Juntas de Freguesias e não nas outras, como foi proferido pelo Sr. Presidente, quando afirmou que a CDU faltou à verdade nesse comunicado.

Afirmou que concordava com o facto de a Câmara Municipal manter os compromissos anteriores com as Juntas de Freguesia, contudo, questionou o porquê da Autarquia não manter o que prometia inicialmente que era que as mesmas pudessem fazer obras sem terem o aval da Autarquia, tendo em conta que certamente não iam lançar-se com as mesmas no sentido de prejudicar financeiramente a Câmara Municipal, e concluiu considerando que não há justificação e que os argumentos utilizados são falaciosos para justificar o corte das transferências para as

Freguesias e a Autarquia ter assumido para si as obras.

Questionou depois a mesma cidadã o que é que a Câmara Municipal irá beneficiar com esta medida, pois ao assumir para si a execução total das obras não está a poupar em nada.

Referiu-se ainda aos pequenos pedidos de apoio solicitados pelas Juntas de Freguesia, particularmente a de Entradas para corte de uma palmeira, certamente por não ter meios para o fazer, não tendo o mesmo sido satisfeito pela Câmara Municipal, daí questionar se os serviços municipais podem cortar uma árvore de um particular como é que não podem dar uma ajuda a uma Freguesia?

Referiu-se ainda à intenção do atual executivo em alterar a imagem do concelho através de pedidos de contributos conforme está anunciado na página da Autarquia, nomeadamente "a janela" manifestando-se totalmente contra tal intenção.

O Sr. Presidente da Câmara interveio a seguir referindo que não tinha muito mais a acrescentar em relação às freguesias uma vez que o assunto já havia sido bastante explicado e quanto à mudança da imagem visual do concelho, informou que a Câmara no âmbito de legitimidade que tem para o efeito está a trabalhar nesse sentido e que oportunamente o irá apresentar à população, referindo contudo que não se trata de "derrubar a janela".

Interveio em seguida o Sr. Adalberto Vieira questionando se no conjunto das obras feitas pela Câmara Municipal as mesmas foram apenas com dinheiros da Autarquia ou através de Fundos Comunitários.

Referiu-se depois a uma obra que foi executada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia de Entradas, num terreno seu para recolha de águas pluviais solicitando que a mesma seja corrigida.

O Sr. Presidente da Câmara informou que as obras de grande monta foram financiadas com Fundos Comunitários e em relação à obra para recolha de águas pluviais tomou a devida nota.

Usou da palavra a seguir o Sr. João Nuno Sequeira que questionou qual a situação relativa à auditoria financeira em curso na Câmara Municipal

Regozijou-se depois o mesmo cidadão por ver a CORTIÇOL editar publicação com publicidade das atividades da Câmara Municipal

O Sr. Presidente da Câmara informou que o processo da auditoria financeira está a decorrer normalmente não tendo o executivo ainda nenhuma informação concreta. Quanto à publicação da CORTIÇOL afirmou que percebia a ironia e lembrou que esta entidade é uma das que vai ser mais penalizada em termos de apoios financeiros por parte da Câmara Municipal, tendo por isso tomado a decisão de fazer uma divulgação pública das iniciativas no âmbito do PERU através da publicação da CORTIÇOL.

Interveio a seguir o Sr. Vogal António José Paulino que voltou a referir o que havia proferido no início da sessão quando afirmou que a União de Freguesias de Castro Verde e Casével não foi beneficiada em relação às outras freguesias mas sim prejudicada, que não tem qualquer investimento no PPI da Câmara Municipal e não lançou nenhum investimento em 2018 para ser financiado pelo Município, portanto do atual executivo não obteve qualquer benefício, mas sim

do anterior, em que, por vezes, eram retiradas verbas das outras Freguesias para que a de Castro Verde pudesse fazer obras.

Usou da palavra depois a Sr<sup>a</sup> Maria de Fátima Fialho Silva que referindo-se aos cortes de verbas anunciados para a CORTIÇOL questionou se as mesmas também contemplam o Museu da Lucerna.

O Sr. Presidente da Câmara informou que a CORTIÇOL é um todo que integra vários departamentos, onde surge o Museu da Lucerna, e por isso, em sua opinião, a entidade CORTIÇOL terá que gerir as verbas que lhes são disponibilizadas, acrescentado contudo que a Câmara Municipal estará atenta à situação.

Interveio a seguir a Sr<sup>a</sup>. Maria Manuela Deus que voltou a manifestar a sua dúvida sobre os termos utilizados na anulação e redução de verbas para as Freguesias, por não ter ficado esclarecida, e quando ao proferido pelo Sr. Vogal Paulino, afirmou que não tenha dito nenhuma inverdade pois o que disse foi que, a Câmara Municipal, em sua opinião, ainda bem, deu à União de Freguesias de Castro Verde e Casével a possibilidade de ver concluída uma obra enquanto que às restantes freguesias foi-lhes retirada essa possibilidade, tendo em conta que a Câmara Municipal assumiu a sua execução.

Usou da palavra, em seguida, o Sr. Adelino Coelho lembrando que quando se referiu à ESDIME foi no sentido de saber quais os custos que a mesma acarreta em termos financeiros para a Autarquia, uma vez que tem ouvido rumores sobre a sua situação financeira deficitária.

O Sr. Presidente da Câmara informou que, no ano corrente, representa uma verba que ascende a cerca de 2.000 € no projeto VERA, liderado pela ESDIME, o qual abrange igualmente concelhos vizinhos.

Quanto à situação financeira da ESDIME, o Sr. Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Sr. Vereador David Marques pelo facto do mesmo ter integrado os órgãos sociais daquela Cooperativa.

Assim, o Sr. Vereador começou por afirmar que já não faz parte dos órgãos sociais desde 2014, no entanto, como cooperante, é do seu conhecimento que, do ponto de vista financeiro, a ESDIME, nos últimos quatro anos, não tem tido resultados negativos no seu exercício e tem um passivo perfeitamente controlado, sendo do ponto de vista da sustentabilidade financeira e económica uma organização bastante saudável em que o seu património suporta várias vezes alguma dívida que possa existir.

Interveio depois o Sr. Adelino Coelho, solicitando que lhe fosse facultada, através do Bloco de Esquerda local, uma informação mais detalhada relativa às transferências de verbas para as freguesias, uma vez que mantinha a dúvida sobre o que o Sr. Presidente informou verbalmente.

Usou da palavra depois o Sr. Vogal Filipe Mestre sugerindo que fosse facultada informação sobre a situação financeira da RESIALENTEJO em que a Câmara Municipal é entidade com maior participação financeira em relação à ESDIME.

Interveio por fim o Sr. Vogal e 2º Secretário João Branco, lembrando que quando solicitou o Plano de Atividades da ESDIME foi no sentido de poder analisar as “contas”, por não as conhecer, assim como os eventuais “benefícios” que a Câmara Municipal retira da sua

participação, que ronda os 40%, lembrando, contudo, poder fazer uma análise da atividade que a RESIALENTEJO desenvolve neste concelho, enquanto que da ESDIME, retirando o referido projeto, não tem conhecimento concreto da sua atividade.

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pela Sr.<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia, para que produza efeitos imediatos.

### **ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 1,30 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Sr.<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia e pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, que a lavrou, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.